



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO

**MINUTA DE CONTRATO**

**Processo n.: 0088550-58.2025.8.24.0710**

**CONTRATO N. 000/20XX**

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram o **ESTADO DE SANTA CATARINA**, por intermédio do **PODER JUDICIÁRIO**, e a empresa **XXXXXXXXXX LTDA.**, adotando-se o regime da Lei n. 14.133/2021

O **ESTADO DE SANTA CATARINA**, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do **PODER JUDICIÁRIO**, estabelecido na Rua Dr. Álvaro Millen da Silveira, 208, Centro, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o n. 83.845.701/0001-59, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor-Geral Administrativo, Senhor **ALEXSANDRO POSTALI**, e a empresa **XXXXXXXXXX LTDA.**, estabelecida na Avenida Xxxxx Xxxxxx, XXXX, Xxxxxxx, Xxxxxx/SC, CEP xxxx, inscrita no CNPJ sob o n. 00.000.000/0000-00, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Sócio-Gerente, Senhor **XXXXX XXXXXXXX**, resolvem celebrar este contrato, em decorrência do Processo n. 0088550-58.2025.8.24.0710, referente ao Pregão Eletrônico n. 90007/2026, homologado em Xx.X.202x, mediante as cláusulas a seguir.

**DOS DOCUMENTOS**

**Cláusula primeira.** Fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta apresentada pela CONTRATADA.

**DO OBJETO**

**Cláusula segunda.** Este contrato tem por objeto a prestação de serviços continuados de locação de veículos, sem motorista e sem combustível, com quilometragem livre, para o Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, para execução no regime de empreitada por preço unitário, em conformidade com este contrato, seus anexos e com a proposta apresentada.

§ 1º Serão consideradas inclusas todas as despesas concernentes à execução dos serviços, com o fornecimento da mão de obra necessária, encargos sociais, ferramental, equipamentos, transporte, traslado dos materiais a serem utilizados, assistência técnica, benefícios, despesas indiretas, tributos e quaisquer outras incidências.

§ 2º A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem no objeto contratual, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o estabelecido no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

§ 3º O regime de execução do presente contrato é o de empreitada por preço unitário, ou seja, a prestação devida à CONTRATADA é fixada em função das unidades determinadas, a serem efetivamente executadas.

**DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**Cláusula terceira.** Os serviços serão executados de acordo com as condições contidas no Processo n. 0088550-58.2025.8.24.0710 e na proposta apresentada pela CONTRATADA, que originou este contrato, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 89 da Lei n. 14.133/2021.

§ 1º A CONTRATADA deve entrar em contato com a Diretoria de Infraestrutura - DIE após a assinatura deste contrato para que, juntas, decidam as providências que deverão ser tomadas, no sentido de evitar transtornos durante a execução dos serviços, objeto deste contrato.

§ 2º Os serviços sob a responsabilidade da CONTRATADA são aqueles que correspondem aos que efetivamente forem executados em decorrência deste contrato. As execuções que apresentarem defeitos deverão ser refeitas, sem custos adicionais ao CONTRATANTE.

§ 3º A falta de funcionários e/ou equipamentos e ferramentas não poderá ser alegada como motivo para a não execução dos serviços e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que estará sujeita pelo não cumprimento das condições estabelecidas.

§ 4º A execução deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados nesse instrumento, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se apresentadas, por escrito, e aprovadas pelo CONTRATANTE.

§ 5º A CONTRATADA só será eximida de sua responsabilidade por qualquer evento considerado como danoso e/ou prejudicial à regular execução dos serviços, se, após análise do CONTRATANTE, restar concluído que se trata de fato

imprevisível, dificultoso à normal execução do contrato, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, ou ainda, de caso fortuito e força maior, cabendo exclusivamente à CONTRATADA o encargo de reunir toda documentação necessária à comprovação da ocorrência dos fatos mencionados, a ser apreciada pelo CONTRATANTE.

## **DA FISCALIZAÇÃO**

**Cláusula quarta.** As disposições relativas à fiscalização contratual estão previstas no termo de referência anexo.

## **DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

**Cláusula quinta.** As obrigações e responsabilidades das partes estão previstas no termo de referência anexo.

## **DO CRÉDITO**

**Cláusula sexta.** As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta do orçamento da unidade orçamentária Tribunal de Justiça do Estado, classificação funcional programática 02.122.0926.0954, natureza da despesa 33.90.33, com recursos oriundos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça (FRJ), para o exercício de 2026.

Parágrafo único. A dotação orçamentária necessária para cobrir as despesas decorrentes do presente contrato para o(s) exercício(s) de 2027 e 2028 constará da proposta de Lei Orçamentária Anual do Órgão 03000 – Tribunal de Justiça do Estado – do(s) referido(s) exercício(s) financeiro(s).

## **DO PAGAMENTO**

**Cláusula sétima.** As disposições relativas ao pagamento estão previstas no termo de referência anexo.

## **DO REAJUSTE**

**Cláusula oitava** Mediante expresse pedido da CONTRATADA, os valores contratados poderão ser reajustados pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) observados os valores de mercado, desde que decorrido 1 (um) ano a partir de 12/02/2026, data do Termo de Consolidação de Pesquisa de Preços.

§ 1º Na hipótese de índice deflacionário, a Administração providenciará de ofício o reajustamento dos valores registrados em favor do PJSC.

§ 2º Sob pena de preclusão, o direito ao reajuste deverá ser pleiteado pelas partes antes:

- I - do advento da data base referente ao reajuste subsequente;
- II - da assinatura de aditivo de prorrogação contratual;
- III - do encerramento do contrato.

§ 3º O prazo previsto no *caput* somente poderá ser alterado por força de lei, sendo obrigatória a apresentação, por parte da CONTRATADA, da documentação que comprove a origem do novo preço praticado.

## **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**Cláusula nona.** As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com o Estado de Santa Catarina e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Título IV - Das Irregularidades, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas, da Lei n. 14.133/2021.

§ 1º A penalidade de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 desta Lei, qual seja *dar causa à inexecução parcial do contrato*, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 2º A CONTRATADA estará sujeita às multas prevista no termo de referência anexo.

§ 3º Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA outras sanções ou até mesmo iniciar o processo de extinção contratual.

§ 4º Os valores correspondentes à prática de infrações contratuais serão retidos e deduzidos do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, após o que será a CONTRATADA notificada para, querendo, apresentar defesa administrativa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 5º Os valores retidos pela prática de infrações poderão, após regular processo administrativo, ser convertidos em multa pela autoridade competente.

§ 6º A devolução dos valores retidos, caso não convertidos em multas, será realizada com correção monetária pelo índice oficial de inflação do Brasil.

§ 7º Caso não seja possível a retenção e dedução do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, os valores relativos à multa serão pagos mediante notificação de cobrança; neste caso, o CONTRATANTE encaminhará, no primeiro dia útil após vencidos os prazos estipulados neste contrato, notificação de cobrança à CONTRATADA, que deverá fazer o recolhimento aos cofres públicos até o 5º (quinto) dia útil a partir de seu recebimento, sob pena de cobrança judicial, observando que:

I – as multas previstas neste contrato são cumulativas, ou seja, umas sobre as outras, sendo os limites incidentes sobre cada uma delas; e

II – na hipótese de a CONTRATADA não efetuar o recolhimento da notificação de cobrança, o CONTRATANTE inscreverá o valor em dívida ativa.

§ 8º A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado de Santa Catarina será aplicada, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo da multa de 10% (dez por cento) sob o saldo remanescente do contrato, nos seguintes casos:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - dar causa à inexecução total do contrato;

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

IV - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

V - não substituir ou refazer, no prazo estipulado, os serviços recusados pelo CONTRATANTE; e/ou

VI - descumprir os prazos e condições previstas neste contrato.

§ 9º. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

§ 10. É admitida a reabilitação do contratado perante o PJSC, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, exigindo, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos.

§ 11. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

§ 12. Na aplicação das penalidades acima serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

§ 13. Ocorrendo caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado e aceito pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades.

§ 14. Além das penalidades acima citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas na [Resolução GP n. 88/2024](#) e no art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

## **DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

**Cláusula décima.** A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§ 2º O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§ 3º A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

§ 4º Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

§ 5º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

## **DOS ENCARGOS**

**Cláusula décima primeira.** As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato ficarão a cargo da CONTRATADA, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho.

## **DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

**Cláusula décima segunda.** A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato, somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em aditivo, que a este contrato se aderirá.

## **DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS**

**Cláusula décima terceira.** Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

## **DOS PRAZOS**

**Cláusula décima quarta.** Este contrato terá os seguintes prazos:

I - de vigência: a contar da data da assinatura do contrato até o adimplemento total das obrigações; e

II - de execução: 24 (vinte e quatro) meses, a contar do recebimento da primeira ordem de serviço pela CONTRATADA, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei n. 14.133/2021, mediante aditivo, se houver interesse das partes.

Parágrafo único. Os demais prazos relacionados à prestação dos serviços estão previstos no termo de referência anexo.

## **DA PUBLICAÇÃO**

**Cláusula décima quinta.** O CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato no Diário da Justiça Eletrônico, no Portal Nacional de Compras Públicas, nos termos do art. 94, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, e no Portal da Transparência do Poder Judiciário de Santa Catarina ( [www.tjsc.jus.br/contratos](http://www.tjsc.jus.br/contratos) ), cuja consulta é possível ao inserir o exercício (ano) e o número do contrato.

## **DO FORO**

**Cláusula décima sexta.** Fica eleito o Foro da Comarca da Capital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas deste contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este contrato em duas vias de igual forma e teor.

## **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

### **TERMO DE REFERÊNCIA - ID PCA (UR/Nº 257)**

*Termo de Referência com regime da Lei n. 14.133/21*

## **I. UNIDADE REQUISITANTE:**

## II. OBJETO:

Contratação de serviços continuados de locação de veículos, sem motorista e sem combustível, com quilometragem livre, para o Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, no regime de empreitada por preço unitário, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

- ANEXO II: ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS
- ANEXO II.1: DAS INFRAÇÕES DE TRÂNSITO E LICENCIAMENTO ANUAL
- ANEXO II.2: DOS SINISTROS E COBERTURAS SECURITÁRIAS
- ANEXO II.3: DAS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS E DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA
- ANEXO II.4: DEMAIS CONDIÇÕES DO SERVIÇO
- ANEXO III: CHECKLIST
- ANEXO IV: LISTA DE COMARCAS
- ANEXO V: CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DOS CURSOS DE DIREÇÃO

### A) CÓDIGO DO CATÁLOGO DE MATERIAL/SERVIÇO:

Locação de veículos: 4014

### B) MARCA DE REFERÊNCIA:

Constante no Anexo II - Especificações dos serviços a serem prestados

#### B.1) MODELO DA MARCA DE REFERÊNCIA:

Constante no Anexo II - Especificações dos serviços a serem prestados

#### B.2) MODELO E MARCA CUJA PARTICIPAÇÃO É VEDADA:

Não se aplica.

### C) ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA E CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

Constante no Anexo II - Especificações dos serviços a serem prestados e Anexo II.3 - Das manutenções preventivas e corretivas e da garantia e assistência técnica.

### D) LOCAL DE ENTREGA DO BEM OU LOCAL DE PRESTAÇÃO/EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

- Item 1: Comarcas do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (inicialmente as listadas no Anexo IV e conforme ordem de serviço). A entrega deverá ser agendada com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, diretamente com a secretaria do foro da respectiva comarca, pelo telefone ou e-mail da unidade, constante no link <https://www.tjsc.jus.br/paginas-das-comarcas>.
- Item 2: Sede do Tribunal de Justiça, localizada na rua Álvaro Millen da Silveira, nº 208, Centro, Florianópolis/SC, das 13 às 17 horas, sendo que a entrega deverá ser agendada com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, pelo telefone (48) 3287-1940 ou endereço de e-mail [die.transporte@tjsc.jus.br](mailto:die.transporte@tjsc.jus.br).
- Itens 3 e 4: Sede do Tribunal de Justiça, localizada na rua Álvaro Millen da Silveira, nº 208, Centro, Florianópolis/SC, na data e horário indicados na ordem de serviço específica de cada edição do curso de direção.

### E) FREQUÊNCIA E PERIODICIDADE:

O serviço deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados.

### F) ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO:

Não se aplica.

## III. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

A contratação de serviços de locação de veículos pelo Poder Judiciário de Santa Catarina (PJSC) visa promover ganhos substanciais de eficiência, segurança e gestão patrimonial nas atividades institucionais.

### Benefícios Primários por Área

- Comarcas: A renovação da frota com veículos novos aprimorará a mobilidade, garantindo o funcionamento regular e seguro das unidades. A substituição de veículos próprios e obsoletos por modelos locados otimiza o uso dos recursos públicos e elimina os custos diretos relacionados à manutenção e gestão de ativos antigos. Além dos ganhos em eficiência e segurança, a adoção de veículos elétricos representa um avanço significativo nas práticas de sustentabilidade, promovendo a redução das emissões de gases poluentes e o alinhamento às políticas institucionais e normativas do CNJ voltadas à responsabilidade socioambiental. Indiretamente, a contratação contribui para a melhoria da imagem institucional do TJSC, reforçando o compromisso com a inovação, a modernização dos serviços e o respeito ao meio ambiente.
- Casa Militar: A contratação de modelo SUV de 7 lugares permitirá o atendimento eficiente e imediato das demandas estratégicas de transporte, escolta e logística, fortalecendo a atuação operacional da Assessoria de Polícia Militar junto ao PJSC, que atualmente está defasada devido à baixa de veículo que compõe a frota.
- Cursos de Direção: A disponibilização de veículos para os treinamentos práticos assegura a continuidade das capacitações e eleva o padrão de segurança para participantes e instrutores, contribuindo para o cumprimento das diretrizes de desenvolvimento institucional e a qualificação do corpo funcional.

### Ganhos Administrativos e de Gestão

A terceirização completa da frota contribui para o melhor aproveitamento dos recursos humanos e financeiros disponíveis, promovendo a desoneração do Tribunal nas seguintes áreas:

- Redução de Custos Operacionais: Transferência dos riscos e custos de manutenção preventiva, corretiva, seguro total e assistência 24 horas para a CONTRATADA.
- Foco na Atividade-Fim: Liberação de servidores alocados na gestão burocrática e patrimonial de veículos (licenciamento, seguro, manutenção) para que se dediquem integralmente à atividade-fim do Poder Judiciário.

Dessa forma, os resultados esperados com a contratação abrangem não apenas o atendimento pleno das necessidades públicas identificadas, mas também o avanço em indicadores de sustentabilidade, eficiência administrativa e qualidade dos serviços prestados à sociedade catarinense.

#### **IV. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

O Termo de Consolidação da Pesquisa de Preços (doc. 10284912) detalhará a pesquisa de mercado, considerando a amplitude de fontes de pesquisa para determinar o preço de referência do procedimento licitatório e integra o processo desta contratação.

#### **V. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:**

##### **A) DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

1. Assumir toda a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, responsabilizando-se, ainda, por qualquer dano ocorrido em decorrência da má realização destes serviços, causados tanto ao CONTRATANTE como a terceiros, desde que a responsabilidade lhe seja imputável;
2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE;
3. Não transferir a terceiros, mesmo que parcialmente, os serviços contratados, sem prévia anuência por escrito do CONTRATANTE;
4. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiro que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato;
5. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licenças, greves, faltas ao serviço e demissões, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;
6. Disponibilizar profissionais habilitados e devidamente qualificados para o desempenho dos serviços;
7. Substituir o seu preposto que estiver trabalhando em desacordo com o interesse dos serviços e, por este motivo, for rejeitado pela fiscalização do CONTRATANTE;
8. Executar os serviços de acordo com o estabelecido no contrato e seus anexos;
9. Respeitar os prazos previstos neste termo de referência;
10. Manter atualizado o endereço do correio eletrônico;
11. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
12. Disponibilizar as ferramentas e os materiais necessários à realização dos serviços;
13. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, caso a exigência seja aplicável à CONTRATADA;
14. Cumprir todas as exigências das leis e normas atinentes à segurança, higiene e medicina do trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem ou, por qualquer motivo, permanecerem no local de execução de serviços, incluindo o uso de uniforme ou crachá de identificação;
15. Dar conhecimento do Programa de Integridade das Contratações e do Código de Conduta das Contratações do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, implementados pela [Resolução GP n. 30/2021](#), aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, inclusive à subcontratada e seus funcionários, se for o caso, estando todos cientes das normas éticas, da vedação de práticas de fraude e corrupção, da responsabilização e das penalidades previstas para atos lesivos.
16. Prestar os serviços nas condições, no preço e no prazo estipulados na proposta. Impossibilitada de cumprir o(s) prazo(s), a CONTRATADA deverá adotar os seguintes procedimentos:
  - 16.1 Enviar eletronicamente para o endereço [dmp.contrato@tjsc.jus.br](mailto:dmp.contrato@tjsc.jus.br) o pedido de prorrogação de prazo até a data-limite para a prestação do serviço/o cumprimento da obrigação, endereçando-o à Divisão de Contratos, Convênios e Registro de Preços, devendo o arquivo estar obrigatoriamente no formato PDF (Portable Document Format), com tamanho máximo de 10 (dez) megabytes, sem prejuízo da observância dos demais requisitos previstos nos arts. 12 a 15 da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 7/2019 (disponível no link <http://busca.tjsc.jus.br/buscatextual/integra.do?cdSistema=1&cdDocumento=174032&cdCategoria=1&q=&frase=&excluir=&qualquer=&prox1=&prox2=&proxc=>).
  - 16.2 o pedido de prorrogação do prazo deverá estar instruído com, no mínimo, as informações abaixo:
    - 16.2.1 identificação do objeto, número do Pregão, número da Ordem de Serviço;
    - 16.2.2 justificativa plausível quanto à necessidade da prorrogação;
    - 16.2.3 documentação comprobatória; e
    - 16.2.4 indicação do novo prazo a ser cumprido.
17. O(s) pedido(s) de prorrogação de prazo, em conformidade com o disposto nos incisos anteriores, será(ão) apreciado(s) com base na justificativa apresentada, na documentação acostada e no interesse público envolvido, ficando a critério da Administração o seu deferimento;
  - 17.1 Caso a Administração conceda a prorrogação do prazo, nova data-limite será estabelecida, em conformidade com o deferido;
  - 17.2 Caso a Administração não conceda a prorrogação do prazo, a CONTRATADA estará sujeita às sanções administrativas pertinentes;
  - 17.3 Serão considerados intempestivos os pedidos de prorrogação efetuados após a expiração do prazo de prestação de serviço/cumprimento da obrigação.
18. Para os veículos disponibilizados em regime de locação diária (itens 3 e 4), a CONTRATADA deverá assegurar a prestação de serviços aos finais de semana e feriados, mediante solicitação prévia do CONTRATANTE. A

CONTRATADA também deverá garantir a disponibilidade de colaboradores para realizar o recolhimento ou a substituição do veículo, nos casos de falhas mecânicas ou ocorrência de sinistros.

## **B) DAS OBRIGAÇÕES DO PJSC**

1. Promover condições para a execução contratual objeto deste contrato;
2. Assegurar livre acesso das pessoas credenciadas pela CONTRATADA para execução dos serviços;
3. Empenhar os recursos necessários, garantido o pagamento das Notas Fiscais/Faturas em dia;
4. Publicar o extrato do contrato, seus aditivos, bem como os apostilamentos, se ocorrerem, no [Portal da Transparência do Poder Judiciário de Santa Catarina](https://tjsc.thema.inf.br/transparencia/portal/#/consultaContrato) (<https://tjsc.thema.inf.br/transparencia/portal/#/consultaContrato>) — cuja consulta é possível ao inserir o exercício (ano) e o número do contrato —, no Diário da Justiça Eletrônico, órgão oficial de divulgação dos atos processuais e administrativos do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, veiculado no site do Tribunal de Justiça, no endereço [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), e no Portal Nacional de Contratações Públicas, quando concluída integração do sistema que viabilize a transferência de dados;
5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
6. Fiscalizar a prestação de serviços, comunicando à CONTRATADA quaisquer fatos que necessitem sua imediata intervenção;
7. Controlar e acompanhar toda a execução deste contrato; e
8. Designar gestor operacional para acompanhamento do contrato, nos moldes da Resolução GP n. 78/2023.

## **VI. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:**

### **A) FISCALIZAÇÃO**

1. O PJSC exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução objeto contratado, a qualquer hora, por meio do gestor e fiscais abaixo indicados, nos termos dos arts. 41 a 44 da [Resolução GP n. 78/2023](#) e do [Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos](#).
2. A forma de comunicação entre os gestores ou fiscais do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina e o preposto da CONTRATADA será realizada preferencialmente pelo Sistema Eletrônico de Informações – SEI;
3. Compete ao Fiscal Técnico:
  - 3.1 zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados ao PJSC;
  - 3.2 verificar se a entrega de materiais ou a prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e o instrumento convocatório;
  - 3.3 acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições e a execução dos serviços, de acordo com o objeto contratado; e
  - 3.4 indicar eventuais descumprimentos contratuais para que, mediante processo administrativo, sejam devidamente apurados.
4. O gestor e o fiscal do contrato poderão solicitar à CONTRATADA informações complementares para acompanhamento de questões relacionadas ao Programa de Integridade das Contratações, implementado pela [Resolução GP n. 30/2021](#);
5. A fiscalização do PJSC poderá exigir a substituição do preposto da CONTRATADA, mediante decisão motivada do gestor do contrato.
6. A fiscalização anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos descumprimentos observados.
7. A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução deste contrato.
8. Equipe de fiscalização:

<b>GESTOR DO CONTRATO</b>	Diretor da Diretoria de Infraestrutura
<b>FISCAL TÉCNICO</b>	Chefe da Divisão de Transporte; Chefe da Casa Militar; Integrante do NIS
<b>FISCAL ADMINISTRATIVO</b>	Chefe da Divisão de Contratos, Convênios e Registro de Preços

### **B) PENALIDADES**

1. As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Título IV, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas da Lei n. 14.133/2021.
2. A penalidade de ADVERTÊNCIA será aplicada quando a infração administrativa corresponder a pequenas irregularidades verificadas na execução do contrato, que venham ou não causar danos ao contratante ou a terceiros.
3. A CONTRATADA estará sujeita às seguintes multas:
  - 3.1. Quanto ao ITEM 1:
    - 3.1.1. R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao dia, por veículo, limitado a R\$ 2.000,00 (dois mil reais), pelo atraso na entrega do veículo;
    - 3.1.2. R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao dia, por veículo, limitado a R\$ 2.000,00 (dois mil reais), pelo atraso na substituição do veículo entregue em desacordo com as especificações;
    - 3.1.3. R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao dia, por veículo, limitado a R\$ 2.000,00 (dois mil reais), pelo atraso na



entrega do veículo novo em razão de sinistro com perda total;

3.1.4 R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao dia, por veículo, limitado a R\$ 2.000,00 (dois mil reais), pelo atraso na entrega de veículo novo em substituição a veículo que atingiu a idade ou a quilometragem máxima;

3.1.5 R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao dia, por veículo, limitado a R\$ 2.000,00 (dois mil reais), pelo atraso na devolução do veículo retirado para manutenção (multa cobrada somente se não for disponibilizado veículo reserva);

3.1.6 R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao dia, por veículo, limitado a R\$ 2.000,00 (dois mil reais), pelo atraso na entrega de veículo novo, quando solicitado pelo CONTRATANTE, em razão de defeitos/problemas que tornem o veículo em manutenção indisponível por período superior a 30 (trinta) dias.

3.2. Quanto ao ITEM 2:

3.2.1. R\$ 1.000,00 (mil reais) ao dia, por veículo, limitado a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), pelo atraso na entrega do veículo;

3.2.2. R\$ 1.000,00 (mil reais) ao dia, por veículo, limitado a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), pelo atraso na substituição do veículo entregue em desacordo com as especificações;

3.2.3. R\$ 1.000,00 (mil reais) ao dia, por veículo, limitado a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), pelo atraso na entrega do veículo novo em razão de sinistro com perda total;

3.2.4 R\$ 1.000,00 (mil reais) ao dia, por veículo, limitado a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), pelo atraso na entrega de veículo novo em substituição a veículo que atingiu a idade ou a quilometragem máxima;

3.2.5 R\$ 1.000,00 (mil reais) ao dia, por veículo, limitado a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), pelo atraso na devolução do veículo retirado para manutenção (multa cobrada somente se não for disponibilizado veículo reserva);

3.2.6 R\$ 1.000,00 (mil reais) ao dia, por veículo, limitado a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), pelo atraso na entrega de veículo novo, quando solicitado pelo CONTRATANTE, em razão de defeitos/problemas que tornem o veículo em manutenção indisponível por período superior a 30 (trinta) dias.

3.3. Quanto aos ITENS 3 E 4:

3.3.1. 200,00 (duzentos reais) a cada 30 (trinta) minutos, por veículo, limitado a 800,00 (oitocentos reais), pelo atraso na entrega;

3.3.2. 200,00 (duzentos reais) a cada 30 (trinta) minutos, por veículo, limitado a 800,00 (oitocentos reais), pelo atraso na substituição do veículo entregue em desacordo com as especificações;

3.3.3. 200,00 (duzentos reais) a cada 30 (trinta) minutos, por veículo, limitado a 800,00 (oitocentos reais), pelo atraso no conserto em caso de problema mecânico, ou na entrega de veículo reserva.

3.4. 0,5% (cinco por cento), limitada a 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado do objeto atualizado, pelo descumprimento de quaisquer das condições estabelecidas no edital e seus anexos, caso não haja previsão de multa específica.

3.5 0,5% a 5% sobre o valor do contrato em razão da litigância de má-fé.

3.5.1 considera-se litigante de má-fé aquele que:

I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;

II - alterar a verdade dos fatos; ou

III - interpor recurso com intuito manifestamente protelatório.

## VII. GERENCIAMENTO DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO:

### A) MAPA DE RISCOS:

Mapa de Riscos Gerais da contratação foi realizado pelo PJSC e faz parte do processo de contratação (SEI n. 0015011-35.2020.8.24.0710).

Outros riscos específicos foram mapeados pela gerente de riscos (doc.10360260):

Identificação do risco				Resposta do risco		
Planejamento da contratação						
Item	Causa (devido a)	Risco (poderá ocorrer)	Consequência (o que poderá levar a)	Medidas preventivas	Medidas corretivas	Medidas preventivas efetivamente aplicadas
1	Especificações técnicas insuficientes ou imprecisas dos veículos elétricos, SUVs e veículos para treinamento	Contratação de solução que não atenda à necessidade da administração ou restrição indevida à competitividade	Veículos inadequados ao uso institucional, baixa eficiência da frota, necessidade de nova contratação, retrabalho administrativo	Elaboração de requisitos técnicos objetivos, mensuráveis e compatíveis com a finalidade da contratação	Suspensão ou revogação do certame e readequação das especificações.	ETP e TR definem os requisitos objetivos para veículos elétricos (autonomia PBEV≥250 km, potência, segurança, wallbox/portátil), SUV Casa Militar (7 lugares, diesel≥2.7L, ≥200 cv) e veículos de curso (composição/limites)



2	Falhas na estimativa de quantitativos de veículos necessários para atendimento das comarcas, Casa Militar e cursos de direção.	Dimensionamento inadequado da frota locada em relação à demanda real.	Ociosidade de veículos e desperdício de recursos públicos; insuficiência de veículos para atendimento das demandas institucionais; necessidade de ajustes contratuais ou nova contratação.	Planejamento baseado em histórico operacional e diagnósticos da DIE, NIS e Casa Militar	Revisar quantitativos via termo aditivo; nova contratação para suprir eventual insuficiência	Quantitativos estimados com base em levantamento de demanda junto às unidades atendidas e análise de contratações anteriores
3	Ausência de estudos sobre adequação elétrica para wallbox	Impossibilidade de instalar o carregador dentro do prazo previsto antes do início do contrato.	Atraso no recebimento e ativação dos veículos elétricos; necessidade de medidas provisórias; descaracterização do cronograma.	Realizar vistoria elétrica prévia em todas as unidades antes da elaboração do TR; Definir cronograma de adequações/instalação	Manter o carregamento por carregador portátil/eletropostos até a conclusão da adequação elétrica; Ajustar cronograma do edital/TR e executar a adequação elétrica pendente antes da emissão de OS; Retificar o processo de planejamento, registrando no SEI a causa do erro (ausência ou falha do estudo elétrico), ajustando metodologias e procedimentos para impedir recorrência.	ETP estabelece que o carregamento dos veículos deve ser possível em qualquer tipo de tomada.

#### Seleção do fornecedor

Item	Causa (devido a)	Risco (poderá ocorrer)	Consequência (o que poderá levar a)	Medidas preventivas	Medidas corretivas	Medidas preventivas efetivamente aplicadas
4	Agrupamento dos itens 3 e 4 (veículos para cursos)	Redução da competitividade do certame, com preços elevados ou risco de licitação deserta/fracassada se poucos fornecedores conseguirem ofertar o conjunto (SUV/Crossover + 2 sedans) no mesmo lote.	Licitação deserta/fracassada ou de preços acima do mercado	Justificar tecnicamente o agrupamento	Revisão do agrupamento adotado, com possível desmembramento do grupo e realização de nova licitação	Os Estudos Preliminares apresentam a justificativa do agrupamento (interdependência técnica, uso simultâneo e logística unificada), servindo de fundamento para a fase de seleção.

5	Mercado reduzido para locação de veículos elétricos e de uso intensivo	Falta de propostas adequadas e/ou baixa competitividade	Licitação deserta/fracassada ou de preços acima do mercado, dada a menor maturidade do segmento de locação de veículos elétricos e a especificidade do uso intensivo exigido para os cursos.	Realizar pesquisa de preços ampliada e criteriosa, considerando a incipiência do mercado de locação de veículos elétricos e a severidade do uso intensivo da frota nos cursos de direção, a fim de identificar riscos de alta precificação e subsidiar a definição de valores compatíveis com a realidade do mercado.	Revisão do modelo de contratação e realização de nova licitação	Adoção de especificações técnicas compatíveis com modelos efetivamente disponíveis no mercado; realização de pesquisa de mercado ampliada, com consultas a fornecedores especializados e análise crítica da formação de preços, considerando a incipiência do mercado de veículos elétricos e o uso intensivo da frota; eprevisão contratual de mecanismos de contingência, como prazos de entrega compatíveis e possibilidade de fornecimento de veículo reserva a combustão.
---	--	---	--	---	---	--

#### Execução contratual

Item	Causa (devido a)	Risco (poderá ocorrer)	Consequência (o que poderá levar a)	Medidas preventivas	Medidas corretivas	Medidas preventivas efetivamente aplicadas
6	Atrasos na cadeia de fornecimento de veículos	Atraso na entrega inicial dos veículos	Comprometimento da mobilidade das unidades e das atividades institucionais	Definição de prazos claros e penalidades contratuais	Aplicação de multa diária e demais sanções administrativas cabíveis	Prazos definidos no item XIV do Termo de Referência e multas previstas no item VI-B
7	Insuficiência de frota ou falhas mecânicas	Indisponibilidade de veículos	Interrupção de atividades administrativas, operacionais ou cursos	Previsão de manutenção contínua e veículo reserva	Substituição imediata do veículo indisponível	Obrigação de fornecimento de veículo reserva prevista no Anexo II.4, conforme prazos do item XIV do TR
8	Manutenção inadequada	Quebras e falhas mecânicas frequentes	Risco à integridade física dos usuários	Exigência de manutenção em concessionárias e peças originais	Recolhimento do veículo e disponibilização de veículo reserva	Regras detalhadas de manutenção e garantia plena no Anexo II.3
9	Descumprimento das especificações técnicas	Entrega de veículos em desacordo com o TR	Necessidade de substituição e atrasos operacionais	Checklist de recebimento e fiscalização técnica	Substituição do veículo entregue em desacordo	Previsão de substituição obrigatória e multas contratuais
10	Falhas na cobertura securitária	Exposição do PJSC a riscos financeiros	Responsabilização por danos a terceiros	Exigência de seguro total	Impedimento de utilização do veículo até a regularização	Obrigação de apresentação de apólice válida na entrega dos veículos
11	Uso intensivo do veículo em ambiente controlado de treinamento	Desgaste acelerado de pneus, freios e suspensão	Discussões contratuais sobre responsabilidade	Classificação expressa do desgaste como inerente à atividade instrucional	Responsabilização integral da contratada pela manutenção	Desgastes não indenizáveis definidos no Anexo II.2, item 5
12	Falha mecânica decorrente do uso intensivo durante o curso	Paralisação das atividades práticas	Prejuízo à programação do curso	Exigência de manutenção preventiva e corretiva adequada	Entrega de veículo reserva no prazo máximo contratual	Prazos de manutenção e substituição definidos no item XIV do TR
13	Descumprimento de prazos de manutenção	Veículo indisponível por longo período	Redução da frota disponível	Definição de prazos máximos para manutenção	Desconto financeiro e exigência de veículo reserva	Prazos objetivos no item XIV do TR, e desconto proporcional em caso de descumprimento

14	Descumprimento contratual reiterado	Inexecução do contrato	Necessidade de nova contratação	Fiscalização contínua da execução contratual	Aplicação de sanções e extinção do contrato	Modelo de gestão e fiscalização previsto no item VI do TR
15	Falhas supervenientes ou não previstas na infraestrutura elétrica após o início do contrato, tais como quedas de carga, sobrecarga, defeito técnico, ou atraso do contratante na execução da adequação previamente planejada.	Impossibilidade de carregamento do veículo elétrico	Subutilização temporária da frota, indisponibilidade operacional das unidades, necessidade de contingência com veículos reserva ou combustão.	Prever no contrato plano de contingência (ex.: veículo reserva a combustão enquanto durar a falha); Manter agenda de manutenção elétrica pelo contratante e penalidades para correção.	Substituição temporária por veículo a combustão reserva até regularização da energia; Executar a adequação elétrica definitiva da unidade em até X dias corridos contados do registro da falha; Aplicação de descontos automáticos por indisponibilidade, quando a causa for da contratada.	ETP estabelece que o carregamento dos veículos deve ser possível em qualquer tipo de tomada. TR prevê possibilidade de disponibilização de veículo reserva a combustão.
16	Rede limitada de manutenção especializada de veículos elétricos	Aumento do tempo de manutenção	Indisponibilidade do veículo	Estabelecimento de prazos máximos contratuais para realização de manutenções preventivas e corretivas	Aplicação de descontos financeiros e demais sanções previstas em caso de descumprimento dos prazos. Previsão de veículo reserva a combustão	Regras detalhadas de manutenção no Anexo II.3. Obrigação de fornecimento de veículo reserva prevista no Anexo II.4.

#### B) MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS:

(X) os riscos contratuais foram alocados nas obrigações contratuais, não se vislumbrando necessidade de elaboração de matriz de riscos específica.

( ) não se aplica, pois não se enquadra nos requisitos do art. 22, §2º, da Lei n. 14.133/2021.

( ) se aplica e consta das obrigações da contratação, implementando-se o seguinte quadro:

#### VIII. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

a) O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA as importâncias estipuladas na tabela abaixo, de acordo com a quantidade efetivamente executada:

Item	Descrição	Unidade de medida	Quantidade estimada para 12 meses (máxima)	Quantidade estimada para 24 meses (máxima)	Valor unitário (R\$)*	Valor estim.
<b>Veículos para as comarcas</b>						
1	Locação de veículo elétrico)	Mensalidade	480	960		
<b>Veículos para a Casa Militar</b>						
2	Locação de veículo SUV (UTILITÁRIO MISTO CAMIONETA)	Mensalidade	24	48		
<b>GRUPO 1 - Veículos para cursos de direção</b>						
3	Locação de veículo SUV/Crossover para curso de direção	Diária	36	72		
4	Locação de veículo sedan para curso de direção	Diária	72	144		

\*Valores de acordo com a proposta vencedora.

b) As condições para que ocorra o pagamento são as seguintes:

1. A CONTRATADA deverá protocolar pedido de liberação do pagamento, acompanhado de relatórios circunstanciados dos serviços efetivamente realizados e das respectivas ordens de serviço, no endereço eletrônico [die.transporte@tjsc.jus.br](mailto:die.transporte@tjsc.jus.br) obedecidos os requisitos previstos nos arts. 12 a 15 da [Resolução Conjunta GP/CGJ n. 7/2019](#), endereçando-o à Divisão de Transporte.

2. Caberá a fiscalização do CONTRATANTE proceder à análise e parecer favorável ao pagamento;

3. A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal somente quando solicitada pela Divisão de Contratos, Convênios e Registro de Preços, da Diretoria de Material e Patrimônio, oportunidade em que deverá indicar, na nota fiscal, o código de serviço da tabela 06 da EFD-REINF, adequado ao serviço prestado, bem como ao objeto da contratação;

4. A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a seguinte documentação (art. 121 c/c o art. 92, XVI, da Lei n. 14.133/2021), dentro do seu prazo de validade:

- 4.1 comprovante da regularidade para com a Fazenda Federal;
- 4.2 comprovante da regularidade para com a Fazenda Estadual;
- 4.3 comprovante da regularidade para com a Fazenda Municipal;
- 4.4 comprovante da regularidade para com o FGTS; e
- 4.5 comprovante da regularidade para com a Justiça do Trabalho.
5. Os comprovantes de regularidade:

5.1 somente serão aceitos com prazo de validade determinado no documento ou com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias;

5.2 serão substituídos por documento emitido pela Diretoria de Material e Patrimônio caso a CONTRATADA possua cadastro com o PJSC (com as certidões dentro do prazo de validade) ou no SICAF (níveis de cadastramento II e III);

6. No caso de isenção do ICMS (prevista no RICMS/SC - Decreto Estadual n. 2870/2001 e alterações), a CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal com o valor bruto da operação. Deverá inserir, após, o valor do desconto, para que o valor líquido constante da Nota Fiscal corresponda ao valor de sua proposta bem como do empenho. O PJSC não estará sujeito à isenção quando:

- 6.1 o contribuinte estiver no Simples Nacional;
- 6.2 na saída de mercadorias ou bens sujeitas ao regime de substituição tributária; ou
- 6.3 da caracterização das demais hipóteses previstas no RICMS/SC.

7. A CONTRATADA deverá destacar nas notas fiscais as deduções relativas aos impostos previstos em Lei, sem prejuízo da indicação, na nota fiscal, do código de serviço da tabela 06 da EFD-REINF, adequado ao serviço prestado, bem como ao objeto da contratação (conforme item 3). As retenções serão feitas no pagamento.

c) Caso a CONTRATADA não comprove a regularidade fiscal e trabalhista:

1. Será emitida notificação pelo CONTRATANTE para regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento do ofício, e, caso não regularizada, será iniciado o processo de extinção contratual, com aplicação da multa rescisória; e, concomitantemente; e

2. Será realizado o pagamento, procedendo-se as retenções tributárias, na forma da lei.

d) Verificando-se a existência do risco de atribuição de responsabilidade subsidiária ou solidária por parte do CONTRATANTE em relação a algum débito previdenciário ou trabalhista da CONTRATADA, a fim de garantir o ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração em decorrência da citada responsabilidade, o CONTRATANTE se reserva o direito de reter o valor correspondente quando da liberação do pagamento.

e) O CONTRATANTE compromete-se a efetuar o pagamento até o 10º (décimo) dia útil a partir da apresentação da nota fiscal à Divisão de Contratos, Convênios e Registro de Preços, da Diretoria de Material e Patrimônio, e após cumpridas as condições de pagamento supracitadas.

f) No caso do não pagamento da nota fiscal até o 10º (décimo) dia útil, por culpa exclusiva do CONTRATANTE, será efetuada a atualização monetária do 11º (décimo primeiro) dia útil até a data da efetiva quitação, atualizando-se o valor pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), nos termos do art. 92, inc. V, da Lei n. 14.133/2021.

g) Todos os documentos apresentados para os pagamentos deverão estar atrelados a raiz do CNPJ constante da proposta que originou este contrato.

## **IX. SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

**A) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL:** não se aplica.

**B) QUALIFICAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL:** não se aplica.

### **C) CONSÓRCIO:**

A participação de consórcio fica vedada em virtude de ser objeto comum e passível de ser executado por diversas entidades empresariais individualmente, de modo que a disputa estará preservada.

Vale ressaltar que a doutrina reconhece que a formação de consórcios acarreta risco da dominação do mercado, por meio de pactos de eliminação de competição entre os empresários. Diante desses pontos negativos, a participação de consórcios em procedimentos licitatórios só deve ser autorizada quando puderem ser observadas vantagens para o PJSC, o que não se verifica no caso em apreço.

### **D) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

a) Certidão negativa de efeitos de falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante, conforme art. 69, II, da Lei n. 14.133/2021.

b) Balanço patrimonial com as demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado sede da proponente, já exigíveis na data da abertura do certame e apresentados na forma da Lei, devendo comprovar:

I - índice de liquidez corrente (ILC) superior a 1,00, calculado pela seguinte fórmula:  $ILC = AC / PC$

II - índice de liquidez geral (ILG) superior a 1,00, calculado pela seguinte fórmula:  $ILG = AC + ARLP / PC + PELP$

III - índice de solvência geral (ISG) superior a 1,00, calculado pela seguinte fórmula:  $ISG = AT / PC + PELP$

Justificativa: os índices de liquidez e de solvência exigidos - índice de liquidez corrente (ILC), índice de liquidez geral (ILG) e índice de solvência geral (ISG) - são indicadores financeiros de análise de crédito que revelam a capacidade da sociedade empresária de quitar suas obrigações com terceiros. Ou seja, demonstram a capacidade de pagamento e solvência das empresas. Enquanto o ILC relaciona-se à capacidade de pagamento no curto prazo, o ILG relaciona-se às dívidas de longo prazo e o ISG expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais) para pagamento do total de suas dívidas envolvendo, além dos recursos líquidos, também os permanentes. Na análise desses índices, considera-se que quando o índice é maior que 1, a sociedade empresária possui capacidade de cumprir com suas obrigações, isto é, tem boa saúde financeira; índices iguais a 1 demonstram que os recursos se igualam ao valor dos seus pagamentos; e índices menores que 1 podem indicar insuficiência para quitar as dívidas no momento. Dessa forma, mostra-se adequada a exigência dos índices previstos (IL, ILG e ISG) superiores 1 para garantia da execução contratual.

1.1 Serão considerados como na forma da lei o balanço patrimonial assim apresentado de acordo com as seguintes condições:

I – publicado na imprensa oficial ou em jornal de grande circulação na sede da licitante, para sociedades anônimas;

II – para as demais empresas, que seja cópia do Livro Diário (com o balanço inserido) devidamente registrado na Junta Comercial do Estado da sede (matriz ou filial).

1.3 Para empresas optantes ou obrigadas à escrituração contábil digital (ECD) por meio do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), a apresentação do balanço deverá ocorrer em meio eletrônico, com o código de verificação (HASH), na forma prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.420/2013 e suas alterações.

1.4 Para a forma de escrituração em papel, o balanço patrimonial deverá estar carimbado e assinado pelo(s) responsável(is) legal(is) da empresa e pelo(s) contabilista(s), identificado(s) com o número do CRC.

1.5 Será inabilitada a proponente que apresentar o índice de liquidez corrente, bem como o geral menores ou iguais a 1,00, a partir da aplicação das fórmulas descritas anteriormente.

1.6 Não serão admitidos arredondamentos para obtenção dos índices.

1.7. Os documentos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

1.8. O Balanço Patrimonial e as demonstrações já enviadas via SPED até a data da abertura do certame serão consideradas exigíveis.

**E) VISITA TÉCNICA:** não se aplica.

**F) AMOSTRA/TESTE DE CONFORMIDADE:** Não será exigida apresentação de amostras.

**G) DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS PELA UNIDADE REQUISITANTE:** não se aplica.

#### **X. QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO FORMULÁRIO-PROPOSTA:**

Item	Descrição	Unidade de medida	Quantidade estimada para 12 meses (máxima)	Quantidade estimada para 24 meses (máxima)
<b>Veículos para as comarcas</b>				
1	Locação de veículo elétrico	Mensalidade	480	960
<b>Veículos para a Casa Militar</b>				
2	Locação de veículo SUV (UTILITÁRIO MISTO CAMIONETA)	Mensalidade	24	48
<b>GRUPO 1 - Veículos para cursos de direção</b>				
3	Locação de veículo SUV/Crossover para curso de direção	Diária	36	72
4	Locação de veículo sedan para curso de direção	Diária	72	144

#### **1) APLICAÇÃO DO ART. 48, I OU III, DA LEI COMPLEMENTAR N. 123/2006 (COTAS/PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP):**

( ) Não há óbice à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte e, caso aplicável, à divisão do(s) item(ns) em cota reservada para participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.

(X) Não é possível aplicar o art. 48, I e/ou III, da LC n. 123/2006. Justificativa: Não é possível aplicar o art. 48, I e/ou III, da LC n. 123/2006 à presente contratação, pois os itens previstos possuem valores estimados anuais superiores ao limite estabelecido para participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte (R\$ 80.000,00), conforme determina o §3º do art. 4º da Lei 14.133/2021. Ademais, a natureza dos serviços contratados, especialmente nos itens agrupados para cursos de direção, demanda padronização e integração operacional, o que inviabiliza a divisão em cotas reservadas para ME/EPP. A aplicação do tratamento diferenciado não se mostra vantajosa para a Administração, podendo representar prejuízo à execução do objeto.

#### **2) JUSTIFICATIVA DAS QUANTIDADES:**

##### **1.1) Quantas unidades de serviços ou bens deverão ser contratadas?**

##### **1. Veículos para as comarcas**

Embora o estudo realizado pela Diretoria de Infraestrutura (DIE) tenha identificado que apenas 27 comarcas apresentam uso intensivo dos veículos atualmente disponíveis, a proposta é que a licitação contemple a contratação de 40 veículos.

A escolha por um quantitativo superior ao uso identificado justifica-se pela necessidade de formar uma reserva técnica, visando garantir flexibilidade e capacidade de resposta a demandas supervenientes.

Considerando o aumento da demanda pelos serviços da Central de Transporte Institucional (CTI), unidades poderão ser alocadas na sede do Tribunal.

Portanto, a contratação dos 40 veículos assegura não só o atendimento das necessidades atuais das 27 comarcas de uso intensivo, mas também a capacidade institucional de responder prontamente a imprevistos e ajustes operacionais futuros. Tal medida promove maior eficiência, segurança e continuidade dos serviços essenciais prestados pelo PJSC.

## 2. Veículos para a Casa Militar

A contratação de 2 veículos é considerada suficiente para atender às necessidades da Casa Militar. Esse quantitativo baseia-se no histórico operacional e na demanda registrada da unidade, correspondendo ao número de veículos atualmente empregados nas atividades de recolhimento e transporte de armas, munições e outros materiais bélicos, e no serviço de escolta, segurança e acompanhamento. A manutenção deste número de unidades garantirá a continuidade e a eficiência dos serviços essenciais prestados pela Casa Militar.

## 3. Veículos para cursos de direção

Cada edição do curso deverá contar com um grupo composto por 3 veículos, sendo 1 SUV/Crossover e 2 Sedans Médios, resultando no seguinte quantitativo a ser contratado:

Item	Unidade de medida	Qtde. para 12 meses	Qtde. para 24 meses
Locação de veículo SUV/Crossover para curso de direção	Diária de 24h	36	72
Locação de veículo sedan para curso de direção	Diária de 24h	72	144

O quantitativo mínimo necessário para cobrir a demanda anual é baseado na previsão de realização de 1 (uma) edição do curso por mês durante o período de 12 meses. Esse número corresponde ao histórico operacional e demanda registrada, sendo o mínimo suficiente para garantir a realização dos treinamentos com segurança e eficiência. Adicionalmente, será prevista uma reserva técnica de 6 (seis) locações de grupos de veículos.

A definição da quantidade de diárias de locação está diretamente relacionada à logística de entrega e devolução dos veículos. Dessa forma, considerando que cada curso possui duração de um (1) dia, foi estabelecido um prazo de duas (2) diárias de 24 horas por grupo de veículos. Este prazo se justifica pela necessidade de que o veículo seja disponibilizado ao CONTRATANTE até as 12h do dia anterior ao início do curso e retornado à CONTRATADA até as 12h do dia posterior ao seu término.

### 1.2) Qual o histórico da demanda pelo bem ou serviço?

#### 1. Comarcas:

Atualmente, as comarcas do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina dispõem de veículos próprios, sendo 1 ou 2 unidades por comarca, conforme a demanda por deslocamentos. Ao longo do tempo, algumas comarcas, por iniciativa própria, já haviam devolvido voluntariamente seus veículos à Administração, indicando redução ou adequação da necessidade local. Após estudo realizado pela DIE, a Administração deliberou por manter veículos apenas nas comarcas que apresentam uso intensivo (27 comarcas), visando maior eficiência, segurança e otimização dos recursos públicos. Essa decisão foi fundamentada em diagnóstico técnico que considerou o histórico de utilização, custos de manutenção, idade da frota e necessidades operacionais das unidades jurisdicionais (Processo n. 0009582-14.2025.8.24.0710).

#### 2. Casa Militar

A Casa Militar utilizava um veículo Trailblazer, ano/ modelo 2019/2020, porém o veículo está impossibilitado de rodar e encontra-se em processo de baixa, e o serviço de escolta (segurança e acompanhamento) está sendo atendido por um veículo de características sedan.

#### 3. Cursos de direção:

Os cursos de direção são realizados de forma mensal, e exigem uma frota de veículos para a etapa prática. Atualmente, o quantitativo de 4 (quatro) veículos próprios têm sido disponibilizados para este fim. A demanda dos cursos é estruturada de forma a utilizar 3 (três) carros simultaneamente em cada evento de treinamento.

### 1.3) Haverá incremento ou diminuição da demanda levando-se em conta os objetivos propostos no [Planejamento Estratégico Institucional](#) ou no planejamento específico da unidade gestora orçamentária, a exemplo do Plano de Obras ou Plano Diretor de Tecnologia da Informação?

A proposta de contratação contempla 40 veículos para as comarcas, número superior ao uso identificado (27 comarcas com uso intensivo). O número maior de veículos visa estabelecer uma reserva técnica. Isso garante flexibilidade e capacidade de resposta a novas ou imprevistas demandas que possam surgir (demandas supervenientes). Adicionalmente, em função do crescimento da demanda da CTI, impulsionado pelo aumento no número de desembargadores e juizes de segundo grau, algumas dessas unidades veiculares poderão ser alocadas na sede do Tribunal.

Os cursos de direção, usualmente realizados mensalmente, apresentam uma tendência de crescimento. Consequentemente, foram alocadas diárias de locação para viabilizar 18 edições anuais.

Quanto aos veículos para a Casa Militar, não há previsão de incremento ou diminuição da demanda.

## XI. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico

## XII. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço

## XIII. PARCELAMENTO DO OBJETO (CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO):

### XIII.1 A adjudicação do objeto se dará por item ou por grupo de itens?

Os itens 3 e 4 (Veículos para cursos de direção) deverão ser adjudicados de forma agrupada. A adjudicação dos demais objetos (Item 1 - Veículos para as comarcas, e Item 2 - Veículos para a Casa Militar) deverá ser feita por item.

### XIII.2 Em caso de agrupamento de itens, quais as justificativas da não adoção do parcelamento da solução?

O agrupamento dos itens 3 (Contratação de veículo SUV/Crossover para curso de direção) e 4 (Contratação de veículo sedan para curso de direção) justifica-se porque ambos compõem um único conjunto operacional indispensável à

realização dos cursos de direção. Cada edição do curso exige a utilização simultânea e integrada de 1 SUV/Crossover e 2 Sedans, de modo que a contratação desassociada poderia comprometer a disponibilidade coordenada dos veículos e gerar risco de cancelamento ou atraso das capacitações.

Além disso:

- Há interdependência técnica entre os veículos, utilizados de forma combinada em exercícios que comparam dinâmica, frenagem e comportamento de diferentes categorias.
- O agrupamento garante logística uniforme, com entrega, manutenção e substituição sob um único fluxo de atendimento.
- Evita-se a fragmentação da gestão contratual, reduzindo ordens de serviço, comunicações e riscos de inconsistências entre seguros, assistência e padrões de manutenção.
- O mercado dispõe de empresas aptas a fornecer todos os modelos, preservando a competitividade.
- A contratação conjunta permite economia de escala, com melhores condições comerciais do que contratações isoladas.

Dessa forma, o parcelamento dos itens 3 e 4 não seria vantajoso técnica ou economicamente, sendo adequado o agrupamento, dada a natureza integrada do uso dos veículos nos cursos de direção.

#### **XIV. PRAZOS**

a) DE EXECUÇÃO: 24 (vinte e quatro) meses, a contar do recebimento da primeira ORDEM DE SERVIÇO pela CONTRATADA, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 107 da Lei n. 14.133/2021, mediante termo de aditivo, se houver interesse das partes;

b) DA APRESENTAÇÃO DA APÓLICE DE SEGURO: no ato da entrega do veículo a CONTRATADA deverá apresentar a apólice de seguro com as coberturas previstas no ANEXO II.2;

c) ATENDER ÀS SOLICITAÇÕES DE INFORMAÇÕES DO CONTRATANTE: até 2 (dois) dias úteis após o recebimento de solicitação.

d) ITENS 1 e 2:

d.1) DA ENTREGA DO VEÍCULO: 90 (noventa) dias, a partir do recebimento da ordem de serviço;

d.2) DA SUBSTITUIÇÃO DO VEÍCULO FORNECIDO EM DESACORDO COM O EDITAL: 15 (quinze) dias, a partir do recebimento da notificação emitida pela Divisão de Transporte;

d.3) DA ENTREGA DO VEÍCULO NOVO EM RAZÃO DE SINISTRO COM PERDA TOTAL: 90 (noventa) dias, a partir do sinistro. O veículo entregue deverá ter as especificações técnicas exigidas no ANEXO II;

d.4) DA ENTREGA DO VEÍCULO NOVO EM RAZÃO DE ATINGIMENTO DA IDADE OU QUILOMETRAGEM MÁXIMA: 90 (noventa) dias, a partir do recebimento da notificação emitida pela Divisão de Transporte, o que ocorrer primeiro. O veículo entregue deverá ter as especificações técnicas exigidas no ANEXO II;

d.5) DA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS (ITEM 1): as manutenções preventivas e corretivas deverão ser realizadas (concluídas) em até 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação do CONTRATANTE ou da data acordada para retirada. Decorrido esse prazo, e se não houver disponibilização de veículo reserva (item d.7) será subtraído do pagamento o valor correspondente aos dias de indisponibilidade do veículo;

d.6) DA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS (ITEM 2): as manutenções preventivas e corretivas deverão ser realizadas (concluídas) em até 02 (dois) dias úteis, contados da notificação do CONTRATANTE ou da data acordada para a retirada. Decorrido esse prazo, e se não houver disponibilização de veículo reserva (item d.7) será subtraído do pagamento o valor correspondente aos dias de indisponibilidade do veículo;

d.7) DE ENTREGA DE VEÍCULO RESERVA: ultrapassado os prazos previstos nos itens d.5 e d.6, a CONTRATADA deverá disponibilizar veículo reserva.

d.8) DA ENTREGA DO VEÍCULO NOVO, QUANDO SOLICITADO PELO CONTRATANTE, EM RAZÃO DE DEFEITOS/PROBLEMAS QUE TORNEM O VEÍCULO EM MANUTENÇÃO INDISPONÍVEL POR PERÍODO SUPERIOR A 30 (TRINTA) DIAS: 90 (noventa) dias, a partir do recebimento da notificação emitida pela Divisão de Transporte. O veículo entregue deverá ter as especificações técnicas exigidas no ANEXO II;

e) ITENS 3 e 4:

e.1) DA ENTREGA DO VEÍCULO: será emitida ordem de serviço com no mínimo 01 (um) dia de antecedência, e a entrega do veículo não poderá ultrapassar a 30 (trinta) minutos do horário informado na ordem de serviço.

e.2) DA SUBSTITUIÇÃO DO VEÍCULO FORNECIDO EM DESACORDO COM O EDITAL: 2 (duas) horas a partir do recebimento da notificação emitida pelo CONTRATANTE.

e.3) DA MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DOS VEÍCULOS: No caso de ocorrência de problema mecânico durante a locação, a CONTRATADA deverá providenciar a manutenção do veículo ou, em caso de falha que o torne inapto para utilização, proceder à substituição por veículo reserva. O prazo máximo para a execução de qualquer uma das ações (manutenção ou entrega do veículo reserva) é de 1 hora e 30 minutos, contado a partir da notificação realizada pela CONTRATANTE acerca da ocorrência do problema. O veículo entregue em substituição deverá, obrigatoriamente, atender às especificações técnicas exigidas no ANEXO II.

#### **XV. INEXECUÇÃO, EXTINÇÃO DO CONTRATO E/OU CANCELAMENTO DA ATA**

a) A inexecução contratual ensejará a extinção do instrumento contratual e/ou o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos da Capítulo VIII, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

2. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por



decisão judicial.

b) O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura a este PJSC o direito de extinguir o instrumento contratual e de cancelar a ata de registro de preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

c) O cancelamento unilateral, com fundamento no inciso I do art. 138 e art. 139 da Lei n. 14.133/2021, sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor sobre o valor atualizado do item acerca do qual foi verificado o descumprimento por parte da CONTRATADA, independentemente de outras penalidades.

d) Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

## **ANEXO II - ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS**

**ITEM 1** - Locação mensal de veículo elétrico, zero quilômetro, sem motorista e sem combustível, com as seguintes especificações técnicas MÍNIMAS:

1. Capacidade para 4 ocupantes;
2. 4 portas;
3. Ano de fabricação: 2026;
4. Ano do modelo: 2026 ou último modelo (facelift) disponível no mercado na emissão do pedido;
5. Cor: branco, prata ou cinza, conforme especificado em ordem de serviço;
6. Autonomia Ciclo PBEV: 250 km;
7. Autonomia WLTP: 290 km;
8. Torque total (N)m: 180;
9. Potência total: 90 cv;
10. Porta-malas: 340 L;
11. Distância entre-eixos: 2550 mm;
12. Comprimento: 4000 mm;
13. Capacidade da bateria: 40kwh;
14. Air bag: 6;
15. Rodas: aro 16;
16. Vão livre do solo: 120mm;
17. Bancos dianteiros individuais reclináveis com apoio de cabeça ajustável, sendo o do motorista com regulagem de altura e os traseiros laterais com apoio de cabeça, de acordo com homologação dos órgãos competentes;
18. Freios com sistema ABS;
19. Cintos de segurança dianteiros retráteis de 3 (três) pontos com regulagem de altura, e cintos traseiros laterais com 3 (três) pontos;
20. Travas, vidros das portas dianteiros e traseiros, e espelhos retrovisores (lado direito e esquerdo) com controles elétricos;
21. Sensor de estacionamento traseiro e/ou câmera de ré;
22. Sistema ISOFIX para fixação de cadeira infantil;
23. Sistema multimídia com tela touchscreen e espelhamento da tela do celular e ou GPS integrado;
24. Sistema de alarme antifurto;
25. Direção hidráulica ou elétrica;
26. Condicionador de ar quente e frio;
27. Desembaçador de vidro traseiro;
28. Jogo de tapetes de borracha ou original do veículo;
29. Pneu estepe, macaco, triângulo e chave de rodas;
30. Cada veículo deverá ser disponibilizado com 1 carregador portátil e 1 carregador Wallbox (equipamentos inclusos na locação). Instalação do Wallbox será de responsabilidade do CONTRATANTE, incluindo adequações elétricas;
31. Os equipamentos e acessórios deverão ser originais de fábrica, excetuados aqueles não disponibilizados pelo fabricante para o modelo contratado, os quais também deverão ser novos, sem uso e plenamente compatíveis com o veículo.

Marcas/modelos de referência: Chevrolet Spark; BYD Dolphin GS ou Plus; JAC E-JS4; Leapmotor B10 BEV.

**ITEM 2** - Locação mensal de veículo monovolume ou SUV (UTILITÁRIO MISTO CAMIONETA), zero quilômetro, sem motorista e sem combustível, com as seguintes especificações técnicas MÍNIMAS:

1. Capacidade para 7 ocupantes;
2. 4 portas;
3. Ano de fabricação: 2026;
4. Ano do modelo: 2026 ou último modelo (facelift) disponível no mercado na emissão do pedido;

5. Cor: branco;
6. Motor a diesel de 2.700 cilindradas;
7. Motor com potência de 200 cv;
8. Transmissão automática de pelo menos 6 (seis) marchas à frente e 1 (uma) à ré;
9. Bancos revestidos em couro, os dianteiros, individuais reclináveis com apoio de cabeça ajustável, sendo o do motorista com regulagem de altura e os traseiros laterais com apoio de cabeça, de acordo com homologação dos órgãos competentes;
10. Freios a disco nas quatro rodas com sistema ABS/EBD/ESP;
11. Tração 4x4 temporária, com controle interno de mudança da tração;
12. Distância entre eixos de 2.700mm;
13. Altura do solo de 180 mm;
14. Porta-malas com capacidade de 500 (quinhentos) litros, considerando os bancos da segunda fileira na posição normal (em pé) e a terceira fileira de bancos rebatida;
15. Bolsas de ar infláveis (Airbags) frontais e laterais e de cortina;
16. Cintos de segurança dianteiros retráteis de 3 (três) pontos com regulagem de altura, e cintos traseiros laterais com 3 (três) pontos;
17. Travas, vidros das portas dianteiros e traseiros, e espelhos retrovisores (lado direito e esquerdo) com controles elétricos;
18. Travas elétricas com acionamento a distância e controle na chave para abertura e fechamento das 4 (portas) portas;
19. Rebatimento elétrico dos retrovisores;
20. Sensor de estacionamento dianteiro e traseiro;
21. Sistema multimídia com tela touchscreen e espelhamento da tela do celular;
22. Protetor de cárter, de motor e de caixa de câmbio;
23. Sistema de alarme antifurto;
24. Direção hidráulica ou elétrica;
25. Condicionador de ar quente e frio integrado e original de fábrica para todo o veículo;
26. Desembaçador elétrico do vidro traseiro;
27. Para-choques, maçanetas, carcaça dos espelhos retrovisores na cor do veículo;
28. Jogo de tapetes de borracha ou original do veículo;
29. Pneu estepe, macaco, triângulo e chave de rodas;
30. Faróis auxiliares;
31. Rodas de liga leve de 18" (dezoito polegadas), padrão do veículo;
32. Tanque de combustível com capacidade de 75 (setenta e cinco) litros;
33. Engate para reboque tipo "pino bola", devendo obedecer às regulamentações constantes da Resolução Nº 197/2006, da CONTRAN;
34. Garantia de 5 (cinco) anos, contados a partir da data do recebimento ou da substituição do bem, prevalecendo a garantia oferecida pelo fabricante, se por prazo superior.
35. Demais equipamentos de série não especificados e demais equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN, todos em conformidade com o PROCONVE (Programa Nacional de Controle da Poluição por Veículos Automotores);

Marcas/modelos de referência: Chevrolet- Trailblazer; Toyota- Hilux SW4.

**ITEM 3** - Locação de veículo SUV/Crossover para curso de direção, sem motorista e sem combustível, com as seguintes especificações técnicas MÍNIMAS:

1. Veículos com até 2 (dois) anos de fabricação e no máximo 50 mil quilômetros rodados;
2. 4 (quatro) portas;
3. Combustível: gasolina, FLEX, elétrico, híbrido ou Diesel;
4. Potência de 150 (cento e cinquenta) cavalos (cv) (Podendo ser combinada no caso de veículos híbridos);
5. Transmissão: automática;
6. Capacidade de 5 (cinco) lugares: bancos dianteiros individuais reclináveis com apoio de cabeça ajustável, traseiros bipartido com apoio de cabeça;
7. Distância entre eixos maior ou igual a 2.620;
8. Bolsas de ar infláveis (air-bags) frontais, laterais e de cortina;
9. Cintos de segurança dianteiros de 3 (três) pontos, com pré-tensionadores e/ou com regulagem de altura;
10. Cintos de segurança traseiros laterais de 3 (três) pontos;
11. Travas, vidros das portas dianteiras e traseiras e espelhos retrovisores (lado direito e esquerdo) com controles elétricos;
12. Condicionador de ar digital, quente e frio;
13. Desembaçador elétrico do vidro traseiro;
14. Pneus em ótimo estado de rodagem;

15. Pneu estepe, macaco, triângulo, chave de rodas (com exceção dos veículos que possuem outra tecnologia, tal como pneus Run Flat, por exemplo);
16. Rodas de liga leve aro 17 ou superior;
17. Aplicação de películas nos vidros laterais e vidro traseiro conforme legislação Contran;
18. Jogos de tapetes emborrachados;
19. Acionamento de freio de mão eletrônico (EPB);
20. Abastecimento: Os veículos deverão ser entregues com o tanque de combustível completo (gasolina ou etanol). O CONTRATANTE deve devolver o veículo nas mesmas condições.

Marcas/modelos de referência: Corolla Cross 2.0; T-Cross 1.4; Jeep Compass T270 ou TD350.

**ITEM 4** - Locação de veículo sedan para curso de direção, sem motorista e sem combustível, com as seguintes especificações técnicas MÍNIMAS:

1. Veículos com até 2 (dois) anos de fabricação e com no máximo 50 mil quilômetros rodados;
2. 4 (quatro) portas;
3. Combustível: gasolina ou FLEX com capacidade de 50 (cinquenta) litros no tanque;
4. Motor: 4 (quatro) cilindros com potência de 150 (cento e cinquenta) cavalos (cv) na gasolina;
5. Cilindrada de 1900;
6. Injeção eletrônica de combustível;
7. Transmissão: automática com 6 (seis) velocidades a frente e 1 (uma) à ré ou CVT - (Transmissão continuamente variável);
8. Capacidade para 5 (cinco) lugares: bancos dianteiros individuais;
9. Bancos reclináveis com apoio de cabeça ajustável, traseiros bipartido com apoio de cabeça;
10. Capacidade do porta-malas de 470 litros com os bancos em posição para 5 (cinco) passageiros;
11. Suspensão independente nas quatro rodas;
12. Chave presencial com comandos integrados; Distância entre eixos  $\geq$  2.680; Bolsas de ar infláveis (air-bags) frontais, laterais e de cortina;
13. Cintos de segurança dianteiros de 3 (três) pontos, com pré-tensionadores e/ou com regulagem de altura;
14. Cintos de segurança traseiros laterais de 3 (três) pontos;
15. Travas, vidros das portas dianteiras e traseiras e espelhos retrovisores (lado direito e esquerdo) com controles elétricos;
16. Controle Automático de velocidade (Cruise Control); Sistema de alarme antifurto com acionamento das travas das portas;
17. Sensor de estacionamento traseiro e/ou câmera de ré;
18. Sistema de direção: Elétrica;
19. Condicionador de ar digital, quente e frio;
20. Desembaçador elétrico do vidro traseiro; Pneu estepe (socorro), macaco, triângulo, chave de rodas;
21. Rodas de liga leve aro 17 ou superior;
22. Aplicação de películas nos vidros laterais e vidro traseiro conforme legislação Contran;
23. Jogos de tapetes emborrachados;
24. Abastecimento: Os veículos deverão ser entregues com o tanque de combustível completo (gasolina ou etanol). O CONTRATANTE deve devolver o veículo nas mesmas condições.

Marcas/modelos de referência: Toyota Corolla XEi 2.0; Honda Civic EXL 2.0.

## **ANEXO II.1 - DAS INFRAÇÕES DE TRÂNSITO E LICENCIAMENTO ANUAL**

1. As autuações de infração de trânsito deverão ser enviadas pela CONTRATADA, imediatamente após a identificação, para os endereços eletrônicos: [die.sgf@tjsc.jus.br](mailto:die.sgf@tjsc.jus.br) e [die.transporte@tjsc.jus.br](mailto:die.transporte@tjsc.jus.br) a fim de possibilitar a identificação do condutor infrator. Após a identificação, será devolvido o formulário à CONTRATADA, em tempo hábil para que efetue os procedimentos junto ao Órgão de Trânsito emitente.

2. As multas serão pagas e quitadas pelo CONTRATANTE. A CONTRATADA deverá encaminhar os boletos de pagamento das multas de trânsito para os endereços eletrônicos [die.sgf@tjsc.jus.br](mailto:die.sgf@tjsc.jus.br) e [die.transporte@tjsc.jus.br](mailto:die.transporte@tjsc.jus.br), com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência em relação ao vencimento e dentro do prazo que permite o pagamento com desconto.

2.1 Caso o envio da multa seja realizado depois do vencimento e fora do prazo de pagamento com desconto, a CONTRATADA deverá arcar com as taxas por atraso no pagamento e com a diferença do valor de desconto.

2.2 Havendo a necessidade de licenciamento com multa de trânsito pendente de pagamento, a CONTRATADA deverá solicitar o pagamento à CONTRATANTE, observando um prazo mínimo de 20 (vinte) dias antes do vencimento do licenciamento.

3. Os veículos deverão ser entregues devidamente emplacados e licenciados no Estado de Santa Catarina.

3.1 Na data do emplacamento, a CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE o número da placa, o RENAVAM e o chassi do veículo, com cópia do CRLVe, devendo encaminhar as informações para os endereços eletrônicos

## ANEXO II.2 - DOS SINISTROS E COBERTURAS SECURITÁRIAS

1. A CONTRATADA será responsável pelo seguro total para os veículos locados, inclusive contra terceiros, apresentando obrigatoriamente na entrega do veículo a apólice de seguro com as seguintes coberturas mínimas:

- a) Coberturas contra danos pessoais com limite não inferior a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);
- b) Coberturas contra danos materiais com limite não inferior a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);
- c) Coberturas contra danos a terceiros com limite não inferior a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);
- d) Seguro APP - Morte/invalidez no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por passageiro;
- e) Danos morais contra terceiros no valor não inferior de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);
- f) Franquia limitada a R\$ 500,00 (quinhentos reais);
- g) Franquia zero, para vidros, retrovisores e lanternas;
- h) Assistência 24 horas completa com disponibilidade de táxi, guincho ilimitado, vidros completos, lanternas e retrovisores, chaveiro, sem pagamento de franquia.

2. Não poderão ser cobrados lucros cessantes em caso de sinistro, ou qualquer outro valor, que envolva substituição do veículo locado.

3. Em caso de sinistros, NOTIFICAR a CONTRATADA, pelo e-mail [die.smf@tjsc.jus.br](mailto:die.smf@tjsc.jus.br) e [die.transporte@tjsc.jus.br](mailto:die.transporte@tjsc.jus.br) imediatamente após o ocorrido e encaminhar cópia do Boletim de Ocorrência, bem como fotos, Laudo Pericial (quando existirem), e demais documentos que se fizerem necessários.

4. Demais condições da franquia:

a. Os veículos deverão ter seguro total com franquia limitada a R\$ 500,00 (quinhentos reais) para o CONTRATANTE – Proteção em caso de avarias por colisão, roubo, furto e roubo, incêndio ou perda total do veículo e contra danos pessoais a terceiros, bem como qualquer tipo de danos que ocorrerem ao veículo em locação será de inteira e única responsabilidade da CONTRATADA, salvo os casos em que haja exclusão da responsabilidade prevista na legislação securitária.

b. No caso de responsabilidade dolosa exclusiva do condutor e sendo o valor do conserto inferior ao valor da franquia, estabelecida neste Termo de Referência, o CONTRATANTE pagará apenas o valor equivalente ao conserto/reparo.

c. Quando o valor do conserto/reparo exceder a franquia de R\$ 500,00, a responsabilidade do CONTRATANTE fica limitada a esse valor.

d. As apólices de seguro dos veículos devem ter cobertura em todo território nacional.

e. A Contratada deverá apresentar o documento referente à Apólice de Seguro no ato da entrega dos veículos a serem locados e, nos casos de locação mensal, a cada renovação do seguro, sendo vedada a utilização dos veículos sem as devidas apólices, cabendo à CONTRATADA a inteira responsabilidade pelo cumprimento desta obrigação.

5. Condições Especiais Aplicáveis aos Veículos Destinados aos Cursos de Direção (Itens 3 e 4)

a) Os veículos destinados aos cursos de direção defensiva e evasiva serão utilizados em atividades práticas que envolvem manobras de frenagem brusca, mudanças rápidas de trajetória, acelerações intensas, simulações de perda de controle e demais práticas inerentes ao conteúdo ministrado (Anexo V). Em razão disso, aplicam-se as disposições específicas previstas neste item.

b) Desgastes que NÃO geram franquia nem responsabilização do CONTRATANTE: Não caracterizam sinistro, avaria ou mau uso — e, portanto, não geram cobrança de franquia, reparação, multa, ressarcimento ou qualquer ônus ao CONTRATANTE — os seguintes desgastes naturais decorrentes da atividade instrucional:

b.1) Desgaste acentuado de pneus, incluindo:

- consumo irregular da banda de rodagem;
- redução de vida útil;
- formação de marcas decorrentes de frenagens bruscas;
- necessidade de substituição prematura.

b.2) Desgaste de freios, incluindo:

- pastilhas;
- discos;
- aquecimento ou fadiga de frenagem.

b.3) Desgastes comuns decorrentes de manobras de instrução, tais como:

- esforços adicionais de suspensão, buchas, pivôs e bandejas;
- esforços adicionais no sistema de direção;
- vibrações, ruídos ou folgas compatíveis com manobras evasivas.

b.4) Necessidade de alinhamento, balanceamento e geometria após o uso em pista ou terreno preparado para o curso.

b.5) Riscos estéticos internos e externos, tais como:

- riscos de lataria;

- dano de aros de rodas;
- marcas compatíveis com uso instrucional;
- marcas de tinta (paintball);
- encharcamento com água.

Justificativa técnica: Tais efeitos resultam das práticas exigidas no treinamento e são considerados inerentes e indispensáveis à execução do objeto, não configurando mau uso, negligência ou sinistro por parte do CONTRATANTE.

b.6) Riscos de quebras mecânicas diversas, incluindo aquecimento ou avaria em motor ou transmissão.

c) Situações que geram responsabilidade e podem ensejar franquia: somente serão de responsabilidade do CONTRATANTE — limitado à franquia de R\$ 500,00 — os eventos decorrentes de:

- c.1) Colisão, capotamento ou avaria estrutural causada por conduta dolosa do condutor;
- c.2) Danos superiores ao desgaste instrucional, quando comprovadamente decorrentes de desrespeito às orientações dos instrutores;
- c.3) Situações previstas em exclusões da legislação securitária, desde que aplicáveis.
  - d) A CONTRATADA será integralmente responsável por:
    - d.1) Substituição do veículo quando a prática do curso causar desgaste que impeça sua continuidade;
    - d.2) Manutenções corretivas e preventivas necessárias após cada uso — inclusive troca de pneus, freios, alinhamento, balanceamento e suspensão;
    - d.3) Garantir que cada veículo seja entregue sempre apto e seguro para a condução de atividades de instrução intensiva;
    - d.4) Não cobrar qualquer despesa ao CONTRATANTE por desgaste natural decorrente das atividades formativas.

### **ANEXO II.3 - DAS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS E DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

1. Todos os veículos locados deverão estar com suas manutenções preventivas (aquelas previstas e determinadas pelos respectivos fabricantes) tais como: trocas de óleo de motor, de câmbio, fluido de freio, fluido aditivo de radiador, pastilhas de freio, correias do alternador e de distribuição, filtros de óleo, combustível e ar, amortecedores dianteiros e traseiros, pneus e outros necessários ao perfeito funcionamento do veículo, em dia e comprovadas nos Manuais de Garantia.
2. Os pneus deverão ser substituídos quando a profundidade dos sulcos da banda de rodagem estiver próxima de 3 mm, sendo que a identificação deste item é feita pela TWI (Thread Wear Indicators). Ainda, deverão ocorrer os rodízios com verificação de balanceamento e geometria, conforme orientação do fabricante ou demandado, e substituição no caso de desgaste irregular das bandas.
3. A CONTRATADA deverá realizar manutenção corretiva dos veículos sempre que necessário, para substituição de componentes em função de desgastes, defeitos, quebras ou sinistros.
4. As manutenções deverão ser atendidas nos prazos previstos no item XIV do termo de referência.
5. Caberá à CONTRATADA recolher o veículo no local indicado pelo CONTRATANTE (sede ou comarcas), salvo disposição diversa por este estabelecida, para a realização da manutenção preventiva ou corretiva, no prazo estabelecido no item XIV. Na hipótese de o veículo estar impossibilitado de circulação, a CONTRATADA deverá proceder à retirada no local em que ele se encontrar.
6. A CONTRATADA deverá entregar, logo após a conclusão dos serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva, os veículos lavados e higienizados interna e externamente.
7. Quando o veículo estiver em poder da CONTRATADA com a finalidade de manutenção preventiva e/ou corretiva, o mesmo não pode ser utilizado para fins alheios aos interesses do CONTRATANTE, sob qualquer pretexto, com exceção dos veículos previstos nos itens 3 e 4 (veículos para os cursos de direção).
8. A CONTRATADA obriga-se a prestar suporte imediato sempre que o veículo locado apresentar qualquer tipo de falha, pane, defeito mecânico, elétrico, dano, avaria decorrente de acidente, ou qualquer outra situação que demande atendimento de empresa especializada (mecânica, elétrica, borracharia, guincho ou serviço correlato).
9. Nos casos em que o veículo se encontre impossibilitado de locomoção por meios próprios, a LOCADORA deverá, dentro do mesmo prazo máximo de 20 (vinte) minutos, informar ao CONTRATANTE e/ou diretamente ao CONDUTOR os dados do guincho ou profissional que será enviado ao local e o tempo estimado de chegada do socorro.
10. A CONTRATADA deverá assegurar garantia plena durante todo o período da locação, independentemente da garantia de fábrica.
11. Todos os serviços cobertos pela garantia deverão ser realizados em concessionária ou oficina autorizada da marca.
12. A garantia deverá cobrir, obrigatoriamente falhas de material, vícios ocultos, defeitos de fabricação ou problemas preexistentes à entrega, como danos decorrentes de transporte inadequado.
13. Todos os reparos realizados dentro da garantia deverão utilizar peças originais.
14. O veículo fornecido em substituição deverá possuir garantia ativa de fábrica ou garantia equivalente prestada pela CONTRATADA, assegurando cobertura plena durante todo o período remanescente da locação.
15. Para os veículos disponibilizados em regime de locação diária (itens 3 e 4), a CONTRATADA deverá assegurar a prestação de serviços aos finais de semana e feriados, mediante solicitação prévia do CONTRATANTE. A CONTRATADA também deverá garantir a disponibilidade de colaboradores para realizar o recolhimento ou a substituição do veículo, nos casos de falhas mecânicas ou ocorrência de sinistros.

## ANEXO II.4 - DEMAIS CONDIÇÕES DO SERVIÇO

1. Durante o período de indisponibilidade do veículo, seja por manutenção preventiva, corretiva, sinistro com perda total ou qualquer outro motivo, o CONTRATANTE não pagará à CONTRATADA pelos serviços, salvo quando a indisponibilidade decorrer de manutenção dentro dos prazos previstos nos subitens d.5 e d.6.

2. A CONTRATADA deverá fornecer veículo reserva sempre que o prazo de manutenção exceder os limites previstos no Item XIV do Termo de Referência.

3. O veículo reserva deverá ser disponibilizado na mesma localidade do veículo original e deverá possuir as mesmas características do veículo contratado, apresentando quilometragem igual ou inferior à do veículo substituído.

4. Especificamente em relação ao Item 1 (veículo elétrico), poderá ser fornecido veículo reserva a combustão, desde que atenda, no mínimo, às seguintes especificações:

- hatch, sedan, suv ou monovolume, 4 portas;
- capacidade para 5 passageiros;
- veículos com até 2 anos de fabricação e quilometragem de até 30 mil km rodados;
- motor 1.0 turbo ou superior, flex ou gasolina;
- potência mínima de 116 cv;
- transmissão automática;
- air bag (mínimo 2);
- freios abs;
- ar-condicionado;
- direção hidráulica;
- seguro veicular conforme Anexo II.2.

5. Em caso de sinistro com perda total, a CONTRATADA deverá fornecer veículo novo, com as mesmas especificações técnicas exigidas no Anexo II, dentro do prazo previsto no Item XIV do Termo de Referência (aplicável aos itens 1 e 2).

6. Quando o veículo contratado atingir 03 (três) anos de fabricação ou 100.000 km rodados, o que ocorrer primeiro, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para fornecer veículo novo, com as mesmas especificações técnicas exigidas no Anexo II, dentro do prazo previsto no Item XIV (aplicável aos itens 1 e 2).

7. Caso o veículo permaneça em manutenção por período superior a 30 (trinta) dias, independentemente da causa, a CONTRATADA deverá substituir o veículo por um novo, mediante solicitação do CONTRATANTE, conforme os prazos e condições do Item XIV (aplicável aos itens 1 e 2).

8. Quando necessário prazo superior aos estipulados pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá apresentar pedido de prorrogação devidamente justificado, tempestivamente, para análise do CONTRATANTE.

9. Após a entrega do veículo, o CONTRATANTE poderá instalar, às suas expensas, equipamentos de sinalização audiovisual, quando necessário, sendo que tal instalação não implicará perda da garantia de fábrica. O Kit será composto dos seguintes itens:

9.1 Kit de luzes auxiliares (estrobe) instalados nos faróis, lanternas e no interior do parabrisa dianteiro na cor vermelha e azul ou branca e sirene velados para utilização em viatura descaracterizada. Os equipamentos terão características similares às abaixo:

a. Sirene eletrônica compacta, com as seguintes especificações:

a.1 Composta por, no mínimo, 3 (três) tipos de sons padrão;

a.2 Pressão sonora de 120DB a 1m, mínimo de 60W;

a.3 Acionamento mediante comando de tamanho reduzido alocado em posição discreta dentro do veículo.

9.2 Kit sinalizador estroboscópico para veículos descaracterizados:

a. Composto por 8 (oito) sinalizadores: 4 (quatro) dianteiros e 4 (quatro) traseiros modelo linear.

b. A base de led, com as características abaixo, deve ser instalada, conforme segue:

b.1 4 (quatro) dianteiros, nas aberturas das grades, nas cores branca e vermelha (dois de cada cor);

b.2 4 (quatro) traseiros, internamente junto ao vidro, nas cores branca e vermelha (dois de cada cor).

c. Características dos sinalizadores:

c.1 Mini sinalizador com no mínimo 3 leds de alta potência;

c.2 Sincronizados;

c.3 Capacidade luminosa de, no mínimo, 350 lumens para cada mini sinalizador;

c.4 Comando independente localizado no painel do veículo.

10. Todos os componentes, equipamentos, itens de série, opcionais e acessórios dos veículos deverão ser novos, sem uso prévio, e estar em linha de produção anual do fabricante. Os equipamentos e acessórios deverão ser originais de fábrica, excetuados aqueles não disponibilizados pelo fabricante para o modelo contratado, os quais também deverão ser novos, sem uso e plenamente compatíveis com o veículo.

11. Todos os itens obrigatórios internos e externos deverão estar de acordo com as normas vigentes.

12. Considerar-se-ão inclusas no preço todas as despesas concernentes à aquisição, emplacamento, licenciamento, encargos previdenciários, trabalhistas, comerciais, transporte e quaisquer outras despesas que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do bem.

13. Todos os veículos devem ser entregues ao CONTRATANTE equipados com películas nos vidros laterais e vidro traseiro conforme legislação CONTRAN;

14. Será efetuado um checklist (Anexo III) antes da assinatura de recebimento do veículo.

15. Os veículos deverão ser entregues com o tanque de combustível completo (gasolina ou etanol). O CONTRATANTE deve devolver o veículo também abastecido.

16. Com relação aos veículos previstos nos itens 3 e 4, estes serão devolvidos à CONTRATADA, ao final do curso de direção, nas condições em que se encontrarem, cabendo à CONTRATADA a sua limpeza e higienização, sem custos ao CONTRATANTE.

17. Cada veículo elétrico (item 1) deverá ser disponibilizado com 1 carregador portátil e 1 carregador Wallbox (equipamentos inclusos na locação). A instalação do Wallbox será de responsabilidade do CONTRATANTE, incluindo adequações elétricas.

18. Na ocorrência de força maior, devidamente justificada, que impossibilite a realização das atividades previstas nos cursos de direção (itens 3 e 4), o CONTRATANTE poderá cancelar a Ordem de Serviço.

18.1. Caso o cancelamento ocorra antes da entrega do veículo, não haverá incidência de quaisquer custos, multas, taxas ou encargos.

18.2. Caso o cancelamento ocorra após a entrega do veículo, e desde que este não tenha sido utilizado em atividades do curso, não será devida a cobrança da diária; contudo, o CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor correspondente a 3% (três por cento) do valor da diária, a título de compensação pelos custos operacionais de traslado, logística e mobilização.

18.3. A CONTRATADA deverá proceder ao recolhimento do veículo no mesmo dia do cancelamento, sem outros ônus ao CONTRATANTE, além do percentual previsto no subitem 18.2.

### ANEXO III - CHECKLIST

VEÍCULO DE LOCAÇÃO MENSAL (ITENS 1 E 2)
<ol style="list-style-type: none"><li>1. Documento do veículo com ano de fabricação, modelo e versão contratada;</li><li>2. Cor conforme especificado na Ordem de Serviço;</li><li>3. Chave reserva (se a chave ficar com o CONTRATANTE);</li><li>4. Manual do veículo no porta-luvas;</li><li>5. Apólice de seguro veicular vigente por parte da CONTRATADA;</li><li>6. Itens de segurança obrigatório (Pneu estepe, macaco, triângulo e chave de rodas);</li><li>7. Verificar a quilometragem do veículo e o tanque de combustível que deve estar completo;</li><li>8. Averiguar se não há arranhões, amassados, batidas ou alguma avaria na parte externa.</li></ol>
VEÍCULO DE LOCAÇÃO POR DIÁRIA (ITENS 3 E 4)
<ol style="list-style-type: none"><li>1. Documento do veículo com ano de fabricação, modelo e versão contratada;</li><li>2. Manual do veículo no porta-luvas;</li><li>3. Itens de segurança obrigatório (chave de roda, estepe, triângulo e/ou kit reparo de pneus caso não haja estepe);</li><li>4. Verificar a quilometragem do veículo e o tanque de combustível que deve estar completo;</li><li>5. Análise detalhada de condições de pneus;</li><li>6. Análise detalhada de danos de pequeno e médio porte na lataria.</li></ol>
ORIENTAÇÕES GERAIS
<ol style="list-style-type: none"><li>1. Pegar o Termo de Entrega do veículo da CONTRATADA;</li><li>2. Documentar o checklist de entrada assinado por ambas as partes;</li><li>3. Registrar e fotografar qualquer situação relevante, se houver.</li></ol>

### ANEXO IV - LISTA DE COMARCAS



1	Araranguá
2	Biguaçu
3	Brusque
4	Campos Novos
5	Canoinhas
6	Capinzal
7	Capital (Norte da Ilha)
8	Chapecó
9	Chapecó (Un. de Questões Agrárias)
10	Criciúma
11	Gaspar
12	Içara
13	Imbituba
14	Itapiranga
15	Joinville
16	Lages
17	Mafra
18	Navegantes
19	Pomerode
20	Rio do Sul
21	São Domingos
22	São Joaquim
23	São Miguel do Oeste
24	Tijucas
25	Tubarão
26	Videira
27	Xanxerê

Tabela extraída do documento n. 9362561.

## **ANEXO V - CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DOS MÓDULOS DOS CURSOS DE DIREÇÃO**

### **CURSO DE AUTOPROTEÇÃO – MÓDULO BÁSICO DE DIREÇÃO DEFENSIVA, EVASIVA e OFENSIVA**

#### Módulo Prático:

Manobras evasivas;  
 Slalon de frente e ré;  
 Técnicas de frenagem;  
 Cavalo de pau em baixa e alta velocidade;  
 Tangência de curvas;  
 Volta completa na pista utilizando todas as técnicas repassadas.

### **CURSO DE AUTOPROTEÇÃO – MÓDULO II AVANÇADO DE DIREÇÃO DEFENSIVA, EVASIVA e OFENSIVA**

#### Módulo Prático:

Manobras evasivas;  
 Slalon de frente e ré;  
 Técnicas de frenagem;  
 Cavalo de pau em baixa e alta velocidade;  
 Tangência de curvas;  
 Volta completa na pista utilizando todas as técnicas repassadas;  
 Simulação de tentativa de roubo ou sequestro por agente em motocicleta e automóvel;  
 Disparos de Paintball (os quais ocorrem na direção do veículo, nunca na direção do aluno);  
 Utilização de simuladores com fumaça simulando situação de emboscada, utiliza-se ainda rojões que simulam disparos de arma de fogo.

### **CURSO DE AUTOPROTEÇÃO – DIREÇÃO DEFENSIVA, PREVENTIVA E EVASIVA – ÊNFASE NA CONDUÇÃO SEGURA PARA MULHERES**

#### Módulo Prático:

Manobras evasivas;  
 Slalon de frente e ré;  
 Técnicas de frenagem;  
 Cavalo de pau em baixa e alta velocidade;  
 Tangência de curvas;  
 Volta completa na pista utilizando todas as técnicas repassadas.

Informações em cumprimento à Lei Estadual 17.983, de 19.8.2020, estão disponíveis para consulta no QRCode:



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme e Silva Pamplona, Diretor**, em 09/04/2026, às 15:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjsc.jus.br/verificacao> informando o código verificador **10543673** e o código CRC **8780280B**.

0088550-58.2025.8.24.0710

10543673v2